PCI

Produzir
Conservar
Incluir

Atualização de Metas da Estratégia PCI de Mato Grosso

VISÃO 2030

Contexto

Lançada em 2015 durante a Convenção do Clima em Paris (COP21), a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) é uma abordagem jurisdicional para o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso. Tem por objetivo fomentar o desenvolvimento socioeconômico no território através do uso sustentável da terra. Nesta visão, o crescimento futuro da produção agropecuária é acomodado dentro da área produtiva existente através da intensificação sustentável e da adoção de boas práticas (Produzir), as áreas de vegetação nativa são restauradas de acordo com as exigências legais e as florestas e cerrados remanescentes são protegidos (Conservar) e a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais podem melhorar seu bem-estar e prosperar (Incluir).

Esta visão materializa-se em um amplo plano de metas em seus três eixos, construído em um processo participativo e que integra as agendas de atores públicos, privados e da sociedade civil.

A partir de 2019, a PCI entrou em uma nova fase com a criação do Instituto PCI. O Instituto é uma instituição independente sem fins lucrativos que visa garantir a eficácia da Estratégia PCI, sendo apontado pelo estado como responsável, entre outros, por articular múltiplos atores em uma governança transparente e inclusiva, identificar oportunidades de captação de recursos e gerir programas e projetos.

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Em 2020, o Conselho de Administração do Instituto PCI aprovou um Plano de Trabalho, que incluiu um processo de avaliação participativa da Estratégia e atualização de metas e indicadores da PCI.

O processo de atualização teve por objetivos manter a PCI conectada com as tendências e projeções de mercado e com as políticas públicas estaduais, bem como incorporar melhorias na definição de indicadores e fontes para o processo de monitoramento e manter o engajamento dos múltiplos atores interessados da Estratégia.

No segundo semestre de 2020, iniciou-se, com o apoio do ICV, o processo de Avaliação Participativa de 5 anos da Estratégia PCI. De forma colaborativa, representantes de 27 entidades participaram de mais de 26 horas de diálogo em quatro oficinas online sobre os avanços, dificuldades, aprendizados e resultados em torno das 21 metas da Estratégia PCI e apontaram sugestões para seu aprimoramento. O percurso avaliativo também contou com a participação de 23 entidades em cinco pesquisas online cujos resultados subsidiaram as atividades.

De acordo com os participantes, os principais resultados obtidos no estado do Mato Grosso atribuídos à estratégia PCI são:

I)Credibilidade da Estratégia PCI como uma estratégia de Estado.
II)Posicionamento do MT como líder em sustentabilidade jurisdicional.
III)Melhoria do entendimento em relação as políticas necessárias para o desenvolvimento sustentável do Estado.
IV)Apoio ao desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do estado.
V)Construção de um consenso através das metas e eixos.
VI)Visibilidade nacional e internacional do Estado.
VII)Atração de recursos externos para o estado (públicos e privados), com destaque para o Programa REM, Banco Mundial e IDH e outros.
VIII)Engajamento de empresas na Estratégia PCI.
IX)Combate ao desmatamento ilegal como prioridade política.
X)Redução da ilegalidade do desmatamento.
XI)Avanços na estrutura e validação do CAR.
XII)Avanço da agenda de participação e os resultados da agricultura familiar.
XIII)Reconhecimento da necessidade de inclusão participativa dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – PIPCTAF - nas estratégias mais importantes do estado.
XIV)Continuidade da Estratégia PCI independente das mudanças de governo.

VISANDO O APRIMORAMENTO DA ESTRATÉGIA PCI, OS PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO SUGERIRAM:

- Ajustes em 17 metas e em 12 indicadores;
- 15 novas metas e 6 novos indicadores;
- 89 ações prioritárias para a implementação das metas nos três eixos (Produzir, Conservar Incluir) e
- 38 ações prioritárias para a gestão da Estratégia nas agendas de monitoramento, captação de investimentos, comunicação (interna e externa), regionalização/conexão com território e governança e articulação público privada.

ATUALIZAÇÃO DE METAS

Durante o primeiro semestre de 2021, foi publicado o 4º Balanço de Metas da Estratégia PCI, com apresentação online e incluindo um resumo da avaliação participativa. A partir dos resultados da avaliação, e com novos insumos de dados e informações foram realizados entre maio e outubro seis workshops com 28 entidades e organizações envolvendo um total de 47 pessoas.

Ao mesmo tempo, foram concluídas pela Secretaria de Meio Ambiente a construção do novo Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais e o projeto Trajetórias da Descarbonização, que incorpora as metas da PCI em 12 trajetórias capazes de contribuir para a neutralidade climática de Mato Grosso. Dentre as metas da PCI foram realizadas 17 alterações, sendo seis inclusões, duas exclusões, duas revisões e sete atualizações de meta. Dentre os indicadores foram realizadas 16 alterações, sendo dez inclusões e seis exclusões.

Em 25 de Outubro de 2021, o Mato Grosso anunciou o seu compromisso de neutralidade climática de redução de emissões líquidas de carbono em 80% até 2030 e em 100% até 2035 em relação à linha de base 2020. O compromisso surgiu a partir do projeto Trajetórias de Descarbonização e foi incorporada no conjunto de metas da PCI.

	METAS	INDICADOR	FONTE DADOS
PRODUZIR	Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	Hectares	MAPBIOMAS
	Aumentar a produtividade da pecuária para 116 kg/ha/ano até 2030	kg/ha/ano	IBGE
	Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada para 14,69 milhões de hectares até 2030	Área de grãos (soja)	MAPBIOMAS
		Área de agricultura do ano de referência que sobrepõe a área de pastagem do ano anterior	MAPBIOMAS
	Aumentar a produção de grãos para 125 Milhões de toneladas até 2030	Mton/ano	IBGE
	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030	Área sob Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	SEMA
	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm3 até 2030	Volume da produção de silvicultura	IBGE (PEVS 2020)
	Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil ha até 2030	Área de floresta plantada	IBGE (PEVS 2020)
		Área plantada de eucalipto e teca em áreas já abertas	
	Aumentar a produção de biocombustíveis para 13 milhões de m³ até 2030	Produção de biodiesel a partir de sebo bovino, óleo de algodão, outros (mil metros cúbicos)	ANP
		Produção de etanol de milho (mil metros cúbicos)	UNEM
		Produção de etanol de cana (mil metros cúbicos)	ANP

Metas e principais mudanças — Texto grifado — Metas excluídas — ~~Texto sublinhado~~

No Eixo PRODUZIR, as atualizações das metas são relacionadas às projeções do setor produtivo, extraídas do Outlook 2030 do Instituto Mato Grossense de Economia Agrícola – IMEA, além de projeções dos setores de biocombustíveis e florestas plantadas. A inclusão da meta de biocombustíveis se deve ao alinhamento com as Trajetórias da Descarbonização, que reconhece a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis como uma das 12 trajetórias que podem contribuir com adescarbonização da economia estadual.

Ainda há o desafio de se construir um indicador capaz de mensurar o avanço na recuperação de pastagens degradadas. A manutenção da meta ressalta sua importância, mas também evidências de que novas soluções tecnológicas poderão em breve contribuir para sua mensuração.

	METAS	INDICADOR	FONTE DADOS
CONSERVAR	Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato Grosso	Proporção de área de MT coberta por vegetação natural	MAPBIOMAS
		Área de vegetação secundária	MAPBIOMAS
	Reduzir em 90% o desmatamento na floresta até 2030, sendo 84% até 2024 tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km², alcançando 571km²/ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta	PRODES / INPE
		Percentual de redução em relação à linha de base	
	Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado até 2030, sendo 83% até 2024 tendo como referência a linha de base de 3.016 km² (SEMA), alcançando 150 km²/ano até 2030	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado	PRODES / INPE
		Percentual de redução em relação à linha de base	
	Eliminar o desmatamento ilegal até 2030 ~~2020~~	Área de Amazônia desmatada sem autorização no estado	PRODES / INPE, SEMA (ANÁLISE ICV)
		Área de Cerrado desmatada sem autorização no estado	
		% de desmatamento não autorizado sobre o total	
	Reduzir 30% dos focos de calor em relação ao período de referência de 2010 a 2019 (28.300 focos de calor) até 2030	Focos de calor	INPE
	Eliminar a exploração de madeira ilegal até 2030	Porcentagem de exploração florestal ilegal/ano sem autorização no estado	ICV e SEMA
	Conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal	Área passível de desmatamento legal preservada	IPAM
		Área passível de desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico (em hectares)	IPAM (Conserv)
	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até ~~2016~~ 2024	Área de CAR inscrito em relação a área cadastráve	*SICAR (até 2016) / SIMCAR (2017 a 2019)
	Validar 100% 90% dos CAR até ~~2018~~ 2024	Área de CAR validado em relação aos inscritos	SEMA
	Regularizar 1M ha (100%) de APP degradada até 2030	~~Área de APP em regeneração~~ Área de Preservação Permanente degradada (APPD) com TCR firmado	SEMA
	Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Área de RL em regularização por compensação e por recomposição Área de Reserva Legal degradada (ARLD) com TCR firmado	SEMA

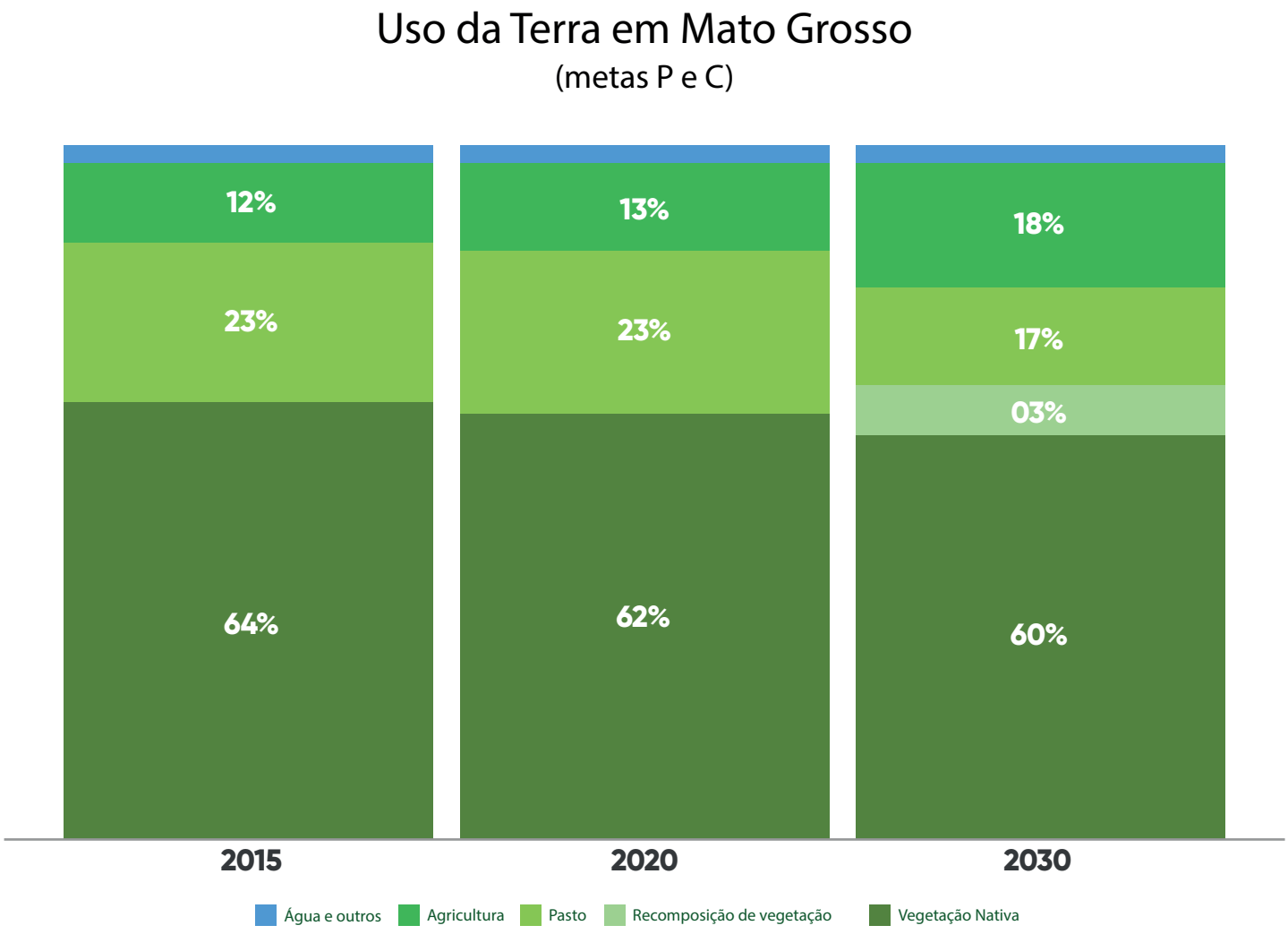
Metas e principais mudanças — Texto grifado — Metas excluídas — ~~Texto sublinhado~~

No eixo CONSERVAR, a ambição da Estratégia PCI continua sendo a da manutenção de 60% da cobertura de vegetação nativa no território de Mato Grosso. Da mesma forma, mantém os objetivos de redução do desmatamento pactuados em 2015.

Com a construção do novo Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais – PPCDIF, as metas de redução de desmatamento do Plano, cujo horizonte é 2024, são incorporadas como metas intermediárias na redução do desmatamento. Embora o novo PPCDIF defina 2030 como meta para o fim da ilegalidade, a tolerância zero com o desmatamento ilegal é o que orienta as ações da Secretaria de Meio Ambiente, responsável pela execução do Plano, e os indicadores de ilegalidade continuarão a ser monitorados. Com as metas intermediárias previstas no PPCDIF e um Plano robusto para enfrentar o desmatamento, espera-se que grande parte da redução do desmatamento prevista para 2030 aconteça até 2024.

São incorporadas ainda metas relativas à degradação florestal, incluindo incêndios (meta alinhada com as trajetórias de descarbonização) e extração ilegal de madeira. Em relação à implementação do Código Florestal, há ajustes nas metas em relação ao Cadastro Ambiental Rural, em concordância com compromissos assumidos pela SEMA e ajustes nos indicadores de regularização.

O Gráfico abaixo mostra de forma simplificada a ambição da Estratégia PCI em relação as metas de produção e conservação em Mato Grosso:



	METAS	INDICADOR	FONTE DADOS
INCLUIR	~~Ampliar o atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da agricultura familia para 100%das famílias até 2030~~	~~Proporção de famílias atendidas por ATER~~	EMPAER
	100% de adesão dos municípios no SEIAF até 2030	Proporção de adesão dos municípios	SEAF
	~~Aumentar participação da agricultura familiar no mercado interno para 70% até 2030~~		
	Aumentar o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar de 1,2 bilhões para R$ 2,0 bilhões até 2030	VBP em reais por ano	IBGE/ SEAF
	Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 30% até 2030	Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total	SEDUC
		Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PNAE (R$)	SEDUC
		~~Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PAA (R$)~~	CONAB
		~~Proporção da comercialização no PAA de Mato Grosso em relação ao Brasil~~	CONAB
	Aumentar o acesso a crédito de R$ 882 milhões para R$1,3 bilhões/ano até 2030	Valor de financiamento acessado pela agricultura familiar no estado (PRONAF)	BACEN
		Número de contratos do PRONAF	BACEN
		Proporção de DAP (ou futuramente CAF) ativas sobre total de famílias	MAPA
	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030	Proporção de lotes titulados em assentamentos federais	INCRA
		Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais	INTERMAT
	Inclusão socioprodutiva indígena	A ser desenvolvida	A SER DESENVOLVIDA

Metas e principais mudanças — Texto grifado — Metas excluídas — ~~Texto sublinhado~~

No Eixo INCLUIR, o processo de atualização foi mais acentuado, com o objetivo de melhor refletir o processo de inclusão socioprodutiva no Estado, mas também para um maior alinhamento à política pública e aos desafios de obtenção de informações.

O Sistema Estadual de Agricultura Familiar, concebido pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, permitirá aos municípios recolher informações sobre assistência técnica, produção e comercialização entre outros. A adesão ao Sistema terá incentivos do Estado, e permitirá melhor gestão da política pública voltada a Agricultura Familiar. A adesão ao Seiaf passa a ser uma das metas do eixo Incluir, e deverá incorporar no futuro um índice de esforço de municípios no apoio à atividade. O efeito do apoio à Agricultura Familiar Estadual deve se refletir no Valor Bruto de Produção que reúne a partir de dados do IBGE os dados de cadeias relevantes para a Agricultura Familiar.

A participação dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) continua sendo uma meta e um importante incentivo estadual para a atividade. Ressalta-se que se trata do o PNAE executado pelo Governo do Estado (Secretaria de Estado de Educação) que abrange as 726 escolas públicas estaduais. Não abrange as escolas públicas municipais.
São ainda incluídos indicadores adicionais sobre o acesso a crédito, como o número de contratos e o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), futuramente a serem substituídas pelo Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) ativas em relação ao total de famílias. Finalmente, como parte do Plano de Trabalho para 2021, o Comitê de Monitoramento do Instituto PCI irá desenvolver junto a Federação de Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, uma meta voltada à inclusão socioprodutiva de povos indígenas em Mato Grosso.

Balanço das metas e indicadores Ano 5 (2015 - 2020) da Estratégia
Produzir, Conservar e Incluir de Mato Grosso

PRODUZIR

METAS	INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	Hectares	245.8 ha	176.3 ha	333.0 ha	299.3 ha	365.1 ha	0 ha
Aumentar a produtividade da pecuária para 116 kg/ha/ano até 2030	kg/ha/ano	57,0	58,8	61,7	67,0	73,5	67,8
Ampliar a área de grãos em áreas de pastagem degradada para 14,69 milhões de hectares até 2030	Área de grãos (soja)	8.62 ha	10.0 ha	10.2 ha	10.3 ha	10.5 ha	10.8 ha
	Área de agricultura do ano de referência que sobrepõe a área de pastagem do ano anterior	610 mil	357 mil	311 mil	297 mil	432 mil	401 mil
Aumentar a produção de grãos para 125 Mton até 2030	Mton/ano	49,2 Mton	41,6 Mton	60,4 Mton	57,8 Mton	63,7 Mton	68,7 Mton
Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030	Área sob Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	2,6 milhões de ha	2,9 milhões de ha	3 milhões de ha	3,2 milhões de ha	3,7 milhões de ha	3,8 milhões de ha
Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm3 até 2030	Volume da produção de silvicultura	1,59 milhões de metros cúbicos	1,39 milhões de metros cúbicos	1,48 milhões de metros cúbicos	1,53 milhões de metros cúbicos	1,49 milhões de metros cúbicos	1,72 milhões de metros cúbicos
Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil ha até 2030	Área de floresta plantada	286,8 mil ha	266,0 mil ha	263,4 mil ha	258.8 mil ha	290,8 mil ha	276,8 mil ha
	Área plantada de eucalipto e teca em áreas já abertas	1,425 ha	709 ha	35 ha	4,755 ha	95 ha	0 ha
Aumentar a produção de biocombustíveis para 13 milhões de m^3 até 2030	Produção de biodiesel a partir de sebo bovino, óleo de algodão, outros (mil metros cúbicos)	845 mil m^3	818 mil m^3	914 mil m^3	1.119 mil m^3	1.234 mil m^3	1.372 mil m^3
	Produção de etanol de milho (mil metros cúbicos)	130 mil m^3	153 mil m^3	391 mil m^3	591 mil m^3	1.054 mil m^3	2.700 mil m^3
	Produção de etanol de cana (mil metros cúbicos)	1.200mil m^3	1.070 mil m^3	1.110 mil m^3	1.210 mil m^3	1.170 mil m^3	1.140 mil m^3

CONSERVAR

METAS	INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado de Mato Grosso	Proporção de área de MT coberta por vegetação natural	63,7%	63,5%	63,3%	63%	62,7%	62,3%
	Área de vegetação secundária	3,36%	3,58%	3,82%	4,04%	4,04%	
Reduzir em 90% o desmatamento na floresta até 2030, sendo 84% até 2024 tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km^2, alcançando 571km^2/ano	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta	1.366 km^2	1.313 km^2	1.273 km^2	1.363 km^2	1.781 km^2	1.779 km^2
	Percentual de redução em relação à linha de base	76%	77%	78%	76%	69%	69%
Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado até 2030, sendo 83% até 2024tendo como referência a linha de base de 3.016 km^2 (SEMA), alcançando 150 km^2/ano	Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado	1.695 km^2	1.165 km^2	1.104 km^2	988 km^2	930 km^2	727 km^2
	Percentual de redução em relação à linha de base	44%	61%	63%	67%	69%	76%
Eliminar o desmatamento ilegal até 2030	Área de Amazônia desmatada sem autorização no estado	1.255 km^2	1.207km^2	1.105 km^2	1.143 km^2	1.417 km^2	1.543 km^2

	METAS	INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CONSERVAR	Eliminar o desmatamento ilegal até 2030	Área de Cerrado desmatada sem autorização no estado	1.659 km²	1.153 km²	1.068 km²	932 km²	822 km²	619 km²
		% de desmatamento não autorizado sobre o total	95,4%	96,4%	92%	89,5%	87%	89%
	Reduzir 30% dos focos de calor em relação ao período de referência de 2010 a 2019 (28.300 focos de calor) até 2030	Focos de calor	-2%	-4%	9%	36%	10%	69%
	Eliminar a exploração de madeira ilegal até 2030	Porcentagem de exploração florestal ilegal/ano sem autorização no estado	43%	40%	39%	36%	37%	38%
	Conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal	Área passível de desmatamento legal preservada	7 Mha	7 Mha	7 Mha	7 Mha	7 Mha	
		Área passível de desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico (em hectares)						6.480
	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2024	Área de CAR inscrito em relação a área cadastrável	69%*	80,4%*	28,4%	50,8%	59,8%	72,18%
	Validar 90% dos CAR até 2024	Área de CAR validado em relação aos inscritos				6,98%	6,65%	12,1%
	Regularizar 1M ha (100%) de APP degradada até 2030	Área de Preservação Permanente degradada (APPD) com TC firmado				57,93 ha	131,52 ha	1.852,46 ha
	Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030	Área de Reserva Legal degradada (ARLD) com TCR firmado				160,71 ha	258,24 ha	1.048,16 ha

	METAS	INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INCLUIR	100% de adesão dos municípios no SEIAF até 2030	Proporção de adesão dos municípios	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Aumentar o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar de 1,2 bilhões para R$ 2,0 bilhões até 2030	VBP em reais por ano	R$ 1,44 bilhões	R$ 1,39 bilhões	R$ 1,18 bilhões	R$ 1,20 bilhões	R$ 1,24 bilhões	
	Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 30% até 2030	Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total	13,4%	13,3%	13,5%	25,5%	26,6%	13,2%
		Valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no PNAE (R$)	R$ 4,6 milhões	R$ 4,3 milhões	R$ 5,2 milhões	R$7,03 milhões	R$ 7,3 milhões	R$ 4,5 milhões
	Aumentar o acesso a crédito às linhas do Pronaf de R$ 882 milhões para R$1,3 bilhões/ano até 2030	Valor de financiamento acessado pela agricultura familiar no estado	R$ 881,9 milhões	R$ 876,4 milhões	R$ 816,4 milhões	R$ 934,5 milhões	R$ 918 milhões	1.175 milhões
		Número de contratos do PRONAF	24.002	22.617	19.271	19.890	19.271	16.646
		Proporção de DAP (ou CAF) ativas sobre total de famílias						
	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030	Proporção de lotes titulados em assentamentos federais	0,0%	0,32%	2,22%	3,93%	4,23%	6,11%
		Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais	~~10%~~			1,60%	9,60%	12,00%
	Inclusão socioprodutiva indígena	A ser desenvolvido						

Este trabalho foi realizado pelo Comitê de Monitoramento do Instituto PCI, coordenado pelo Instituto Centro de Vida, com a contribuição de membros e parceiros da Estratégia PCI e as Secretarias de Estado de Meio Ambiente, Agricultura Familiar, Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Econômico e da Casa Civil.

Janeiro 2022

Carbono neutro MT

Em outubro de 2021, o Estado de Mato Grosso através do Decreto 1160, criou o Programa Carbono Neutro MT, formalizando a adesão do Estado de Mato Grosso à campanha "Race to Zero", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O Programa Carbono Neutro MT estabelece como meta voluntária set
neutralização de emissões de gases de efeito estufa até 2035, com me
intermediária de redução de 80% das emissões até 2030, mediante
equilíbrio entre as emissões e remoções de gases de efeito estufa, em
um contexto de desenvolvimento sustent

As metas do Programa Carbono Neutro MT foram definidas com base no relatório final de Desenvolvimento e Avaliação da Trajetória de Descarbonização de Mato Grosso.

A trajetória de descarbonização é um processo transformacional que permite reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) a longo prazo por meio de uma série de ações de mitigação incluindo a adoção de novas tecnologias e melhor gestão de recursos naturais.

Através de um processo colaborativo entre o governo do Estado de Mato Grosso e uma equipe internacional de técnicos, foram desenhadas 12 ações prioritárias para a descarbonização da economia de Mato Grosso:

1º Manutenção do ativo florestal do Estado, com incentivos socioeconômicos à conservação

2º Manejo florestal sustentável

3º Regularização fundiária e consolidação dos direitos legais à terra

4º Criação, ampliação de limites e melhoria da gestão de Áreas Protegidas sob influência do estado

5º Reflorestamentos comerciais

6º Restauração da paisagem florestal

7º Redução do risco de incêndio florestal

8º Aumentar a produtividade da atividade agropecuária em áreas já abertas aplicando boas práticas de manejo agropecuário (BPA)

9º Proteção da vegetação secundária em áreas passíveis de desmatamento legal

10º Recuperação de pastagens degradadas

11º Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

12º Produção e consumo de biocombustíveis

As ações do governo estadual no desenvolvimento da Trajetória foram lideradas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT). A equipe do projeto contou com técnicos do Climate Group (CG), Winrock International, no Center for Climate Strategies (CCS) e Força-tarefa do Governadores para Floresta e o Clima (GCF Taskforce). Ao longo do processo, contribuições e comentários do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT) e do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas (FMMC), além de outras importantes partes interessadas, do setor público e privado, foram solicitados e incorporados por meio de seminários e reuniões presenciais e virtuais. O projeto Trajetórias de Descarbonização foi financiado pela Iniciativa Internacional Norueguesa para o Clima e as Florestas (NICFI).

Estado de Mato Grosso, bem como o conjunto de compromissos reunidos na Estratégia PCI - Produzir, Conservar e Incluir de Mato Grosso, que irá contribuir para o alcance e cumprimento da referida meta.

PCI Produzir Conservar Incluir

Apoio:

REM MATO GROSSO